

4



EDILBERTO CARLOS PONTES LIMA
COORDENADOR

PREFÁCIO
IVAN LELIS BONILHA

OS TRIBUNAIS DE CONTAS, A PANDEMIA E O FUTURO DO CONTROLE



FORUM



Edilberto Carlos Pontes Lima
Coordenador

OS TRIBUNAIS DE CONTAS, A PANDEMIA E O FUTURO DO CONTROLE

Prefácio
Ivan Lelis Bonilha

4

Área específica
DIREITO ADMINISTRATIVO.

Áreas afins
DIREITO FINANCEIRO, DIREITO ECONÔMICO,
DIREITO, ECONOMIA, CONTABILIDADE,
FINANÇAS PÚBLICAS FINANCEIRO.

Público-alvo/consumidores
TRIBUNAIS DE CONTAS, GOVERNOS FEDERAL,
ESTADUAL E MUNICIPAL, PÚBLICO EM GERAL.

FORMATO: 17 × 24 cm
CÓDIGO: 10003054

A pandemia do coronavírus foi um choque de enormes proporções e de escala mundial. Além dos substanciais impactos na saúde, com mais de duas centenas de milhões de pessoas infectadas e mais de quatro milhões de mortos, os efeitos na economia foram substanciais. O Fundo Monetário Internacional calcula que o PIB global caiu 3,3% em 2020 (queda de 4,4% em termos *per capita*). Em alguns países, os efeitos foram mais amplos: na Espanha, a queda chegou a 11%; no Reino Unido, a 10%, na França, a 8,2%. O PIB brasileiro caiu 4,1%.

As repercussões sobre as finanças públicas foram brutais, porque as receitas despencaram com o PIB e novas despesas surgiram. Não apenas em saúde, mas os governos tiveram que atuar fortemente em fornecer políticas compensatórias para os mais atingidos: auxílios emergenciais, por meio de transferências diretas de renda, apoio aos Estados e Municípios, parcelamento e dispensa (em alguns casos) de tributos, entre outras medidas. O FMI calcula que os gastos públicos mundiais relacionados à pandemia somaram US\$9,9 trilhões de dólares, dos quais US\$1,3 trilhão em saúde e US\$8,6 trilhões em outras despesas que não são de saúde. Além disso, foram US\$6,1 trilhões em suporte de liquidez. A dívida pública bruta mundial aumentou exponencialmente, em 13% do PIB, o que também se repetiu no Brasil, onde alcançou 89% (aumento de 14% do PIB).

As instituições tiveram que se adaptar. Em muitos casos, precisaram alterar substancialmente o foco de suas preocupações, para colaborar com a solução dos problemas, sem perder a função essencial para a qual foram criadas. Os Tribunais de Contas, de uma forma geral, revelaram boa capacidade de adaptação: de sessões de julgamento por meio de videoconferência a auditorias remotas. Da generalização do trabalho a distância (teletrabalho) aos plenários virtuais. Além disso, foi preciso redirecionar o planejamento, para fiscalizar com prioridade os substanciais gastos relacionados à pandemia, que estavam originalmente fora dos planos de fiscalização. De uma forma geral, as instituições passaram bem nesse verdadeiro teste de estresse e implementaram iniciativas importantes. Este livro reúne um conjunto de reflexões sobre a atuação dos TCs na pandemia e o futuro do controle.

T822 Os Tribunais de Contas, a pandemia e o futuro do controle / coordenado por Edilberto Carlos Pontes Lima. – Belo Horizonte : Fórum, 2021.
534p. ; 17cm x 24cm. – (Coleção IRB/Fórum ; v.4)

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5518-282-8

1. Direito financeiro. 2. Direito econômico. 3. Direito. 4. Economia. 5. Contabilidade. 6. Finanças públicas. I. Lima, Edilberto Carlos Pontes. II. Título. III. Série

2021-3445

CDD: 341.378
CDU: 34:33

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior – CRB-8/9949

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

LIMA, Edilberto Carlos Pontes (Coord.). *Os Tribunais de Contas, a pandemia e o futuro do controle*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 534p. ISBN 978-65-5518-282-8.

Edilberto Carlos Pontes Lima é Pós-doutor em Democracia e Direitos Humanos pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Doutor em Economia pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre na mesma área pela UFC (CAEN). Especialista em Políticas Públicas pela George Washington University (EUA). Graduado em Economia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e em Direito pela Universidade de Fortaleza (Unifor). Conselheiro do TCE/CE.

PREFÁCIO	
Ivan Lelis Bonilha	17
OS TRIBUNAIS DE CONTAS, A PANDEMIA E O FUTURO DO CONTROLE: UMA INTRODUÇÃO	
Edilberto Carlos Pontes Lima	19
1 O futuro do controle	21
2 O controle digital.....	23
3 O papel da integridade pública	25
4 Alguns comentários finais.....	30
Referências	30
A ÁGUIA, A CORUJA, A HIBRIDEZ MATERIAL E A METAMORFOSE INSTITUCIONAL DAS CORTES DE CONTAS: DA CASA DOS CONTOS AOS TRIBUNAIS DA GOVERNANÇA PÚBLICA	
Adircélio de Moraes Ferreira Júnior	33
Introdução.....	33
1 A quarta revolução industrial e os Tribunais de contas como sujeito e objeto de transformação.....	36
2 O estado democrático de direito, sua imprescindível função de controle e o equilíbrio entre os poderes.....	40
3 A hibridez material e a metamorfose institucional dos tribunais da governança pública.....	44
4 O impacto da hibridez material na estruturação organizacional e nos critérios de deflagração e de distribuição de processos dos Tribunais de Contas	50
Conclusão.....	54
Referências	56
PANDEMIA FISCAL: UMA ANÁLISE ENTRE CORRUPÇÃO PÚBLICA, EVASÃO FISCAL E COVID-19	
Ahmed Sameer El Khatib	59
Introdução.....	59
1 Desenvolvimento das hipóteses	63
1.1 Evasão fiscal e risco de saúde pública da COVID-19	63
1.2 Corrupção e risco de saúde pública da COVID-19	63
1.3 Efeito de moderação da corrupção	64
2 Plataforma metodológica	64
2.1 Seleção amostral	64
2.2 Modelos e variáveis de pesquisa	64
2.2.1 Variável dependente.....	65
2.2.2 Variáveis independentes.....	65
2.2.3 Variáveis moderadoras	65
3 Resultados e discussão.....	67
3.1 Estatísticas descritivas e matriz de correlação.....	67
3.2 Teste de hipóteses e discussão.....	68
Considerações finais.....	71
Referências	72
INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO E O FUTURO DAS INSTITUIÇÕES DE CONTROLE	
Ana Carla Bliacheriene, Luciano Vieira de Araújo	75
Introdução.....	75
1 A inovação e o Setor Público	77
2 Inovação tecnológica na Administração Pública	82
3 Inovação no controle da Administração Pública	86
Conclusão.....	88
Referências	89

A INSERÇÃO DE DISCIPLINAS DE CONHECIMENTO COMO SUPORTE AOS
TCs EM CENÁRIO PANDÊMICO: O DESIGN PARA ALÉM DO “THINKING”

Ana Sofia Carreço de Oliveira	93
Introdução.....	93
1 Os Tribunais de Contas e a pandemia	97
2 As disciplinas de conhecimento como suporte ao setor público	100
3 A gestão do <i>design</i> como estratégia aos TCS.....	102
3.1 <i>Design, designer</i> e gestão.....	102
3.2 <i>Design, gestão de design</i> e <i>designer</i> no setor público.....	108
3.3 <i>Design, gestão de design</i> e o <i>designer</i> em TCs	113
Conclusão.....	115
Referências	117

A ATUAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO EM FACE DAS
MUDANÇAS ESTRUTURAIS PROVOCADAS PELA PANDEMIA

Benjamin Zymler, Francisco Sérgio Maia Alves, Thais da Matta Machado Fernandes	121
Introdução.....	121
1 Os problemas fiscais decorrentes da pandemia.....	122
1.1 Do “orçamento de guerra” e das medidas de estímulo econômico no Brasil ...	122
1.2 Dos impactos nos resultados primário e nominal e na dívida pública	123
1.3 Dos impactos da retração da economia na Receita Corrente Líquida e nos limites de despesa de pessoal estabelecidos pela LRF	123
1.4 Da necessidade de controle da despesa de pessoal num cenário de ajuste fiscal.....	124
2 Os novos institutos para contratações criados durante a pandemia	126
2.1 Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020	127
2.2 Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.....	127
2.2.1 Objetos das contratações	127
2.2.2 Nova hipótese de dispensa de licitação	128
2.2.3 Transparência Pública	129
2.2.4 Permissão de contratação de empresa sancionada	129
2.2.5 Dispensa de licitação com registro de preços.....	129
2.2.6 Simplificação do procedimento de dispensa de licitação	130
2.2.7 Pregão com prazos abreviados	133
2.2.8 Contratos	133
2.2.9 Outras disposições	134
2.3 Lei nº 14.065, de 30 de setembro de 2020	134
2.3.1 Novos limites de dispensa de licitação	135
2.3.2 Pagamento antecipado.....	135
2.3.3 RDC ampliado	136
2.3.4 Espaço de incidência da norma	136
2.3.5 Transparência pública	136
2.4 Lei nº 14.121, de 1º de março de 2021	137
2.5 Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021	138
2.6 Lei nº 14.125, de 10 de março de 2021	139
3 A governança das instituições públicas durante a pandemia	140
3.1 Acompanhamento da estrutura de governança do Ministério da Saúde para o enfrentamento da pandemia	140
3.2 Acompanhamento da estrutura de governança do Centro de Governo para o enfrentamento da pandemia	142
4 A atuação do TCU durante a pandemia e as lições aprendidas	143
Conclusões	147
Referências	148

RELATÓRIO DE PESQUISA REALIZADA PARA SUBSIDIAR A ELABORAÇÃO DE
PROPOSTA DE DIRETRIZES PARA A MODALIDADE DE TELETRABALHO NOS
TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL

Bianca Tristão Sandri, Fábio Vargas Souza, Isabela de Freitas Costa Vasconcellos Pylro	151
Introdução.....	151

1	Contexto e realidade investigada	152
2	Diagnóstico da situação-problema e/ou oportunidade.....	153
3	Análise da situação-problema.....	154
3.1	Bloco 1 – Antes da pandemia	155
3.2	Bloco 2 – Durante a pandemia	155
3.3	Bloco 3 – Pós-pandemia.....	158
3.4	Bloco 4 – Perfil dos respondentes.....	159
4	Contribuições tecnológicas e sociais.....	159
	Referências	161
	Anexos: Questionários da pesquisa.....	162

A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E OS DESAFIOS DO CONTROLE EXTERNO

	Crislayne Cavalcante, Ivan Lelis Bonilha.....	173
	Introdução.....	173
1	A fiscalização das contratações públicas pelos Tribunais de Contas	174
1.1	Competências dos Tribunais de Contas	174
1.2	Levantamento dos procedimentos de fiscalização.....	176
1.2.1	Competências previstas na Lei Orgânica	177
1.2.2	Fiscalização de atos ou contratos.....	178
1.2.3	Auditorias.....	180
1.2.4	Inspeções	181
1.2.5	Acompanhamentos.....	183
1.2.6	Exame do Instrumento Convocatório (art. 113 da Lei nº 8.666/93).....	183
1.2.7	Objetos de fiscalização em licitações e critérios	184
2	A nova lei de licitações e os Tribunais de Contas.....	185
3	Os desafios do controle.....	187
	Referências	188

ATUAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DA COVID-19

	Diana Vaz de Lima, Jaílson Gomes de Araújo Júnior, Leandro Menezes Rodrigues, Petrónio Pires de Paula, Rafael Larêdo Mendonça, Sabrina Reinbold Rezende	191
	Proposta.....	191
	Metodologia.....	191
	Achados	192
	Originalidade	192
	Introdução.....	192
1	Desenvolvimento	194
2	Metodologia.....	198
3	Resultados.....	200
3.1	Operacionalização das atividades.....	200
3.2	Relacionamento com os jurisdicionados.....	202
3.3	Meios Tecnológicos.....	203
3.4	Práticas de transparência.....	203
3.5	Possíveis práticas no pós-pandemia	204
	Considerações finais.....	205
	Referências	206

CONFLITOS DE COMPETÊNCIA E ATUAÇÃO COOPERADA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS INTERGOVERNAMENTAIS DO CONTROLE EXTERNO BRASILEIRO

	Dualyson de Abreu Borba, Fernanda Pinheiro Pantoja	209
	Introdução.....	209
1	Tribunais de Contas na Estrutura Federalista Brasileira	210
2	Conflitos de competência e atuação conjunta dos Tribunais de Contas.....	212
	Considerações finais.....	220
	Referências	221

PASSOS MÍNIMOS NECESSÁRIOS PARA ADEQUAÇÃO À LGPD PELAS CORTES DE CONTAS BRASILEIRAS

	Fabio Correa Xavier	225
1	Agentes de tratamento de dados pessoais	226

2	Ações mínimas para adequação à LGPD pelas Cortes de Contas.....	228
2.1	Programa de Governança em Privacidade.....	229
2.2	Definição do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais.....	232
2.3	Diagnóstico da situação atual – Inventário de Dados	235
2.4	Fortalecimento da segurança da informação.....	236
2.5	Revisão de contratos e convênios	241
2.6	Programa de capacitação continuada.....	241
	Considerações finais.....	242
	Referências	243

O TRIBUNAL DE CONTAS CONTEMPORÂNEO, O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO E A PANDEMIA

	Fábio Túlio Filgueiras Nogueira	245
	Pensamentos preliminares	245
1	O tribunal de contas contemporâneo em construção	246
2	A pandemia e sua contribuição à mudança.....	252
	Referências	254

BREVES REFLEXÕES SOBRE A EFETIVIDADE DO SISTEMA BRASILEIRO DE COMBATE À CORRUPÇÃO: A SOBREPOSIÇÃO DE AUTORIDADES E AS METODOLOGIAS PARA CALCULAR O DANO AO ERÁRIO FEDERAL

	Fernando Antônio da Silva Falcão	255
	Introdução.....	255
1	O sistema federal brasileiro de combate à corrupção.....	256
2	A sobreposição de competências entre as autoridades que compõem o sistema federal brasileiro de combate à corrupção	259
3	O sistema federal norte-americano de combate à corrupção.....	262
4	Metodologias para calcular o dano ao erário	266
	Conclusão.....	269
	Referências	271

INTERVENÇÕES PÚBLICAS EM UM CENÁRIO DE PANDEMIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS – CAUTELA E CANJA DE GALINHA NÃO FAZEM MAL A NINGUÉM

	Fernando B. Meneguín, Amanda Flávio de Oliveira	275
	Introdução.....	275
1	Falhas de governo e suas lições no cenário de pandemia	276
2	Matriz institucional e controle	279
	Conclusão.....	281
	Referências	282

CORRUPÇÃO, TRIBUNAIS DE CONTAS E JURIMETRIA: PROPOSTA DE UM SISTEMA DE INDICADORES DE CORRUPÇÃO BASEADO EM DADOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

	Gilson Piqueras Garcia	283
	Introdução.....	283
1	Referencial teórico: o conceito de corrupção	284
2	Metodologia.....	289
3	Resultados.....	290
4	Propriedades dos indicadores (CIPM e VDPM).....	296
	Considerações finais.....	298
	Referências	299

O PAPEL DE CONTROLE DOS TRIBUNAIS DE CONTAS E O SEU IMPACTO DEMOCRÁTICO NAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DA COVID-19

	Grhegory Paiva Pires Moreira Maia, Julia Natália Araújo Santos	301
	Introdução.....	301
1	O controle no Estado Democrático de Direito e a gestão da coisa pública	302
2	O desenho constitucional dos Tribunais de Contas na Constituição da República de 88 e o controle externo.....	305

3	Para além do controle externo: o papel do Tribunal de Contas como facilitador da transparência dos recursos públicos destinados ao enfrentamento da pandemia	306
4	A experiência e a iniciativa dos Tribunais de Contas no combate e enfrentamento à COVID-19	308
	Algumas conclusões: impacto positivo na qualidade democrática	311
	Referências	312

OS TRIBUNAIS DE CONTAS: A PANDEMIA E O FUTURO DO CONTROLE

Inaldo da Paixão Santos Araújo, Elisa Dias Lucas	315
Referências	325

APLICAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19 E O USO DO COMPLIANCE

José Benito Leal Soares Neto, Rafaella Batalha de Gois Gonçalves, Rafael Soares de Cerqueira	327
Introdução	327
1 As fases evolutivas do <i>compliance</i> e da integridade no Brasil	328
2 A nova Lei de Licitações e as exigências ligadas à integridade e ao <i>compliance</i>	333
3 Da necessidade de redução dos limites mínimos para exigência de apresentação da existência de sistema de integridade pelas empresas licitantes	336
4 A necessidade de uma fiscalização efetiva da exigência de sistemas de <i>compliance</i>	337
Considerações finais	338
Referências	339

OS EFEITOS DA PANDEMIA NA ATIVIDADE ECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS

Luiz Gilberto Mury	341
Introdução	341
1 Análise dos dados	343
1.1 Metodologia	344
1.2 Comportamento do nível de emprego	344
1.3 Variação no número de empresas de Sociedade Limitada	346
1.4 Arrecadação de ICMS por município	348
1.5 Arrecadação de ISSQN por município	350
2 Participação dos municípios nos resultados	352
2.1 Fiscalização	353
2.2 Facilitação	353
2.3 Fomento	354
Considerações finais	355
Referências	356

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: ALTERAÇÕES DE NATUREZA PERMANENTE E PROVISÓRIA EFETUADAS PELAS LEIS COMPLEMENTARES Nº 173/2020 E Nº 178/2021 E SEUS IMPACTOS NA ATUAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Luiz Henrique Lima	357
Introdução	357
1 A LRF em três tempos: antecedentes e gênese, adaptação e implementação e flexibilização e declínio	358
1.1 Antecedentes e gênese	359
1.2 Adaptação e implementação	359
1.3 Flexibilização complacente	362
2 A pandemia da COVID-19, o Direito Público de Emergência e as alterações na Lei de Responsabilidade Fiscal pelas Leis Complementares nº 173/2020 e nº 178/2021 e pela Emenda Constitucional nº 109/2021	364
2.1 Lei Complementar nº 173/2020 e Emenda Constitucional nº 109/2021	365
2.2 Lei Complementar nº 178/2021	369
2.3 Breve síntese das alterações	374
3 Considerações sobre possíveis impactos das alterações na LRF na atuação dos Tribunais de Contas	375
Referências	377

A CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
CONFORME A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Moises Maciel, Angélica Ferreira Rosa	381
Introdução.....	381
1 A licitação conforme a Lei nº 14.133/2021: as principais alterações e a atuação dos Tribunais de Contas.....	381
2 As novas regras para a contratação direta.....	383
3 O processo de contratação direta conforme a Lei nº 14.133/2021.....	384
4 Da inexigibilidade de licitação de acordo com a nova Lei de licitações.....	387
5 Do <i>compliance</i> nas contratações diretas como forma de gestão de riscos.....	391
Considerações finais.....	393
Referências.....	393

OS TRIBUNAIS DE CONTAS DO SÉCULO XXI: ATUAÇÃO PREVENTIVA E COLABORATIVA PARA MELHORES RESULTADOS COM POLÍTICAS PÚBLICAS

Marco Antônio Carvalho Teixeira, Maria Alice Pinheiro Nogueira Gomes	395
Introdução.....	395
1 Governabilidade e controle externo: existe um <i>trade-off</i> ?.....	397
2 Breve contexto histórico e a inovação institucional dos Tribunais de Contas.....	400
3 Análise <i>ex ante</i> e o modelo prático de atuação preventiva pelos Tribunais de Contas.....	406
Referências.....	414

EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS E O FUTURO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Marcos Rolim	417
Introdução.....	417
1 Uso de evidências em decisões judiciais.....	419
2 Controle externo com base em evidências.....	423
Considerações finais.....	427
Referências.....	429

O ENFRENTAMENTO À PANDEMIA PELO PODER PÚBLICO E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO ENSINO

Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza, Lucas Fonlor Lemos Muniz Barreto	433
Introdução.....	433
1 A pandemia da COVID-19, questões jurídicas, retorno gradual.....	434
1.1 Saúde pública.....	435
1.2 Dos aspectos jurídicos.....	436
1.3 Das medidas sanitárias e o retorno gradual às aulas presenciais.....	438
2 Impactos da pandemia sobre o processo de aprendizagem.....	438
2.1 Os efeitos psicológicos nos docentes.....	439
2.2 A pandemia e a aprendizagem.....	440
2.3 O fator emocional.....	442
3 O ensino possível.....	444
3.1 Momento de adaptação.....	445
Conclusão.....	449
Referências.....	450

ACCOUNTABILITY HORIZONTAL E CONTROLE EXTERNO ESTADUAL: REFLEXOS DA MUDANÇA INSTITUCIONAL NA ATUAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ NO CONTROLE DOS RECURSOS RELACIONADOS À PANDEMIA DA COVID-19

Ramon Patrese Veloso e Silva	453
Introdução.....	453
1 Apontamentos sobre mudança institucional e <i>accountability</i> horizontal no Brasil.....	455
1.1 Qualidade da democracia e os Tribunais de Contas.....	459
2 Processo de mudança nos Tribunais de Contas brasileiros.....	462
3 O Tribunal de Contas do Piauí e o combate à Pandemia de COVID-19.....	464
Conclusão.....	467
Referências.....	468

A HORA E A VEZ DO AJUSTE PREVIDENCIÁRIO

Raul Velloso	471
Introdução.....	471
1 Maior rigidez ou obrigatoriedade dos gastos.....	473
2 Previdência pública	475
3 A hora e a vez do ajuste dos RPPS.....	477
Referências	490

A NECESSÁRIA ESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS MUNICÍPIOS

Rodrigo Coelho do Carmo, Lara Cristini Vieira Campos Pascoal, Renata Cunha Piccoli de Assis	491
Introdução.....	491
1 Contexto histórico da evolução da política de Assistência Social	491
2 Da legislação aplicada à Assistência Social.....	492
3 Das principais unidades referenciadas do SUAS: CRAS e CREAS e suas equipes de referência.....	493
4 Da realidade estrutural da Assistência Social nos Municípios.....	495
5 Do entendimento consolidado em precedente do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo	497
6 Do necessário ajuste das despesas de gasto com pessoal para viabilizar a estruturação mínima dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS e CREAS).....	497
Conclusão.....	500
Referências	501

TCE-ES: A CORTE DE CONTAS QUE A PANDEMIA NÃO PAROU

Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun	503
Introdução.....	503
1 Antes da chegada da pandemia.....	504
2 Quando a pandemia chegou.....	509
3 Realinhamento dos objetivos estratégicos e metas do TCE-ES em 2020.....	510
3.1 Mutirão para diminuir o estoque processual	511
3.2 Política de orientação aos gestores públicos.....	512
3.3 Força Tarefa 1. Acompanhamento intensivo da gestão fiscal.....	514
3.4 Força Tarefa 2. Acompanhamento intensivo dos contratos emergenciais da pandemia.....	517
3.5 Força Tarefa 3. Fiscalização do processo de imunização da população.....	518
3.6 Força Tarefa 4. Fiscalização do retorno das aulas nas escolas públicas	520
3.7 Força Tarefa 5. Fiscalização do cumprimento das medidas de segurança sanitária	521
Considerações finais.....	522
Referências	523

SOBRE OS AUTORES	525
------------------------	-----

Adircélio de Moraes Ferreira Júnior

Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Especialista em Contabilidade e Auditoria pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Presidente e Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Vice-Presidente do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas do Brasil (CNPTC). Diretor de Desenvolvimento do Controle Externo da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – Atricon. *E-mail*: adircelio@tcesc.tc.br.

Ahmed Sameer El Khatib

Professor titular do mestrado e da graduação em Ciências Contábeis do Centro Universitário FECAP. Servidor Público da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Graduado em Ciências Contábeis pela FEA/USP. Mestre em Ciências Contábeis e Ciências Atuariais pela PUC-SP. Doutor em Administração de Empresas pela PUC-SP. Concluiu seu estágio pós-doutoral em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP) e atualmente é doutorando em Educação na PUC-SP e pesquisador da UNICAMP. *E-mail*: ahmed.khatib@fecap.br.

Amanda Flávio de Oliveira

Doutora, Mestre e Especialista em Direito Econômico pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora associada da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB). Líder-docente do Grupo de Estudos em Direito e Economia (GEDE/Unb/IDP). Fundadora do escritório Advocacia Amanda Flávio de Oliveira (AAFO). *E-mail*: amanda@afdeoliveira.com.br.

Ana Carla Bliacheriene

Advogada. Professora de Direito da Universidade de São Paulo, no curso de Gestão de Políticas Públicas (EACH-USP). Livre-docente em Direito Financeiro na Universidade de São Paulo (USP). Mestre e doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atua nas áreas de inovação, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), novas tecnologias aplicadas à gestão pública e Smart Cities (cidades inteligentes), finanças públicas e orçamento, gestão de políticas públicas, controle, eficiência e transparência do Estado e da administração pública. Coordenadora do Grupo de Pesquisas SmartCitiesBr (USP) e da Especialização em Políticas Públicas para Cidades Inteligentes (USP/TCE-CE). Autora de diversos livros e artigos. Promove treinamentos e capacitações destinadas ao setor público. *E-mail*: acb@usp.br.

Ana Sofia Carreço de Oliveira

Mestre em Gestão Estratégica do Design pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com pesquisa voltada à 'Gestão de Design em Órgãos Públicos'. Graduada em Design, com ênfase em 'Design Industrial', pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atualmente está vinculada, por meio de terceirização, à Assessoria de Comunicação Social (ACOM) do TCE-SC no cargo de diagramadora. Atua em diversos projetos de *design* para além da diagramação: comunicação institucional, *design* editorial, campanhas e eventos para o público interno e externo e projetos de interface de web/mobile. De forma voluntária, participou na formatação do Projeto InovaTCE. *E-mail*: anasofiacodesign@gmail.com.

Angélica Ferreira Rosa

Advogada inscrita nos quadros da OAB 71475 PR. Facilitadora em Justiça Restaurativa. Pós-doutoranda em Direito pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), na área de concentração Relações Sociais; linha de pesquisa "Novos Paradigmas do Direito", sob a orientação da Doutora Angela Cassia Costaldello. Doutorado em Direito pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), na área de concentração Relações Sociais; linha de pesquisa "Novos Paradigmas do Direito", sob a orientação do Doutor Elimar Szaniawski. Mestrado concluído na qualidade de bolsista na área dos Direitos de Personalidade, na linha de pesquisa "Instrumentos de Efetivação dos Direitos da Personalidade" pelo Centro Universitário de Maringá (UniCesumar). Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Maringá. Docente avaliadora de cursos de graduação em Direito do Ministério da Educação/INEP. Membro da Comissão OAB na Escola de Maringá/PR. Membro da Comissão OAB de Justiça Restaurativa de Maringá/PR. Participa e organiza, constantemente, eventos, congressos, palestras e simpósios, e desenvolve projetos nas áreas de Direito da Família, Direito Constitucional, Direito Civil e Direito Processual Civil, com ênfase nos Direitos de Personalidade. Foi advogada dativa da Comissão de ética da subseção de Maringá/PR. É jurada do Tribunal do Júri de Maringá/PR. Parecerista da Revista Jurídica da UFRGS. Membro do Núcleo de Estudos PRO POLIS. *E-mail*: angelicaferreirarosa@hotmail.com.

Benjamin Zymler

Ministro no Tribunal de Contas da União desde 2001. Mestre em Direito e Estado pela Universidade de Brasília (UnB). Graduado em Direito pela Universidade de Brasília (UnB) e em Engenharia Elétrica pelo Instituto Militar de Engenharia (IME). *E-mail*: min-bz@tcu.gov.br.

Bianca Tristão Sandri

Especialista em Gestão de Pessoas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Especialista em Gestão pela Qualidade pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Especialista em Desenvolvimento Humano e Psicologia Positiva pelo Instituto de Pós-Graduação e Graduação (IPOG). Graduada em Administração. Auditora de Controle Externo no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo. Atualmente é Coordenadora do Núcleo de Formação e Capacitação da Escola de Contas Públicas. *E-mail:* bianca.sandri@tcees.tc.br.

Crislayne Cavalcante

Graduada em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR, 2005). Pós-graduada em Direito Processual Civil pelo Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP, 2014), MBA em Administração Pública e Gestão de cidades (2016) e em Licitações e Contratos Públicos (2017). Formação Complementar em Auditoria do Setor Público, Direito Administrativo, Licitações e Contratos Administrativos, Constitucional, Orçamentário, Financeiro e Direito Tributário. Coordenadora do Instituto Rui Barbosa (IRB Contas). Auditora de Controle Externo do TCE/PR. Professora do curso de Pós-Graduação em Licitações e Contratos da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Professora da Escola de Gestão Pública (EGP) do TCE/PR. Membro do Comitê de Normas de Auditoria do Setor Público e da Rede das Escolas de Contas do Instituto Rui Barbosa (IRB Contas). Foi Auditora Fiscal de Tributos Municipais de Curitiba/PR (2012-2013), Secretária da Comissão de Direito Eletrônico da OAB/PR (gestão 2010/2012), Secretária das Comissões de Direito Eletrônico da OAB/PR (2010-2011), de Informatização do Poder Judiciário (2007-2009) e de Tecnologia da Informação da OAB/PR (2007-2009). Foi Coordenadora do Grupo de Estudos de Direito Eletrônico e Processo Eletrônico da OAB/PR (2009-2010). Também atuou como advogada (2005-2012). Formação em Inovação e Liderança no Programa Governamental Brazil 4.0 pela Georgetown University/USA (2020). *E-mail:* crislayne.moraes@tce.pr.gov.br.

Diana Vaz de Lima

Pesquisadora e professora associada da Universidade de Brasília, atuando no Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA/UnB), no Mestrado Profissional em Administração Pública (MPA/UnB) e no Programa de Pós-Graduação em Governança e Inovação em Políticas Públicas (PPG GIPP/UnB). É contadora (AEUDF), mestre em Administração (PPGA/UnB), doutora em Ciências Contábeis (UnB/UFPB/UFRN), com pós-doutorado concluído em Contabilidade e Controladoria pela FEARP/USP. Atuou por 15 anos no Governo Federal em contabilidade pública e previdência. Ministra aulas, escreve livros e desenvolve estudos e pesquisas nas áreas de Contabilidade e Governança Pública, Padrões Contábeis Internacionais e Previdência Social. Ocupa a cadeira nº 34 da Academia Brasileira de Ciências Contábeis. É colíder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Governos Locais (GEPGL) e membro do grupo de pesquisa associado ao Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP). É membro titular da Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação (CTCONF), membro fundadora da Academia de Ciências Contábeis do Distrito Federal (ACiConDF) e da Associação Brasileira de Contadores Públicos (ABCP). *E-mail:* diana_lima@unb.br.

Dualyson de Abreu Borba

Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE/PA). Mestrando em Gestão Pública pela Universidade Federal do Estado do Pará (UFPA). Especialista em Direito Tributário pela Faculdade Damásio e em Direito Administrativo pela Faculdade Anhanguera. Graduado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). *E-mail:* ab_dualyson@hotmail.com.

Edilberto Carlos Pontes Lima

Concluiu pós-doutoramento na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Portugal), com estudo sobre federalismo. Doutor em Economia pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre e Graduado em Economia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bacharel em Direito pela Universidade de Fortaleza (Unifor). Especialista em Políticas Públicas pela George Washington University. Foi Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados e Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA. Foi Presidente do Tribunal de Contas do Ceará, entre janeiro de 2016 e janeiro de 2020. Editor da Revista Controle e Vice-Presidente de Auditoria do Instituto Rui Barbosa (IRB). Conselheiro Científico do Grupo de Estudos em Direito e Economia (GEDE/UnB/IDP). Tem experiência nas áreas de Economia e Direito, com ênfase em Finanças Públicas, Direito Constitucional e Direito Financeiro, atuando principalmente nos seguintes temas: federalismo, democracia, orçamento, finanças públicas, gastos públicos, lei de responsabilidade fiscal e déficit público. *E-mail:* pontes.lima@uol.com.br.

Elisa Dias Lucas

Advogada. Assessora de gabinete de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado da Bahia. *E-mail:* elisalucas@yahoo.com.

Fabio Correa Xavier

Mestre em Ciência da Computação pela Universidade de São Paulo (USP), com MBA em Gestão Executiva de Negócios pelo IBMEC/RJ. Especialização no Japão em Network Engineer pela Japan International Cooperation Agency. Pós-Graduado em Gestão Pública e Responsabilidade Fiscal

e em Projetos de Redes. Profissional com mais de 25 anos de experiência na área de tecnologia e segurança da informação, com atuação em empresas de grande porte, do setor público e privado. Atualmente é Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, coordenador e Professor de Graduação e Pós-graduação e colunista do MIT Technology Review. Exerce atividades voluntárias, como membro do Conselho de Administração do Instituto do Câncer Dr. Arnaldo. Secretário Executivo do Comitê de Tecnologia, Governança e Segurança da Informação do Instituto Rui Barbosa (IRB) e Coordenador dos Comitês de LGPD e de Inovação e Tecnologia da Rede Governança Brasil. É ainda autor dos livros “Roteadores Cisco: guia básico de configuração e operação” e “Tecnologias, Inovação e outros assuntos em análise”. Coautor do livro “Comentários à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”, da editora Migalhas. *E-mail*: fabio@tce.sp.gov.br.

Fábio Túlio Filgueiras Nogueira

Bacharel em Direito Pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Pós-graduando em Direito Público na Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). Ocupou cargos executivos na Prefeitura de Campina Grande. Foi secretário do município em diversas pastas. No parlamento, compôs o Poder Legislativo Municipal (vereador em três legislaturas) e ocupou cadeira na Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba (deputado de 2003 a 2006). Em 2006 tornou-se membro Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. Atualmente é vice-presidente do TCE-PB. Em 2018 assumiu a presidência da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), onde cumpre o segundo mandato como presidente. *e-mail*: fnogueira@tce.pb.gov.br.

Fábio Vargas Souza

Mestre em Administração pela FUCAPE. Especialista em Controle Externo pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Especialista em Direito Administrativo pelo Instituto Anhanguera. Pós-graduado em Gestão Pública e Gestão de Recursos Humanos. Graduado em Ciências Contábeis Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Graduado em Direito pelo Centro Universitário do Espírito Santo (UNESC). Auditor de Controle Externo no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e atualmente ocupa a função de Secretário da Escola de Contas Públicas. *E-mail*: fabio.souza@tcees.tc.br.

Fernanda Pinheiro Pantoja

Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE/PA). Doutoranda em Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Gestão Pública pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialista em Contabilidade Pública pela Faculdade Internacional de Curitiba (FACINTER). Graduada em Ciência Contábeis pela Universidade Federal do Pará (UFPA). *E-mail*: fernanda.pantoja@tce.pa.gov.br.

Fernando Antônio da Silva Falcão

Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União. Mestre (LL.M.) em Direito Econômico e Internacional, com certificações em Legal English e em *Securities*, pela Universidade Georgetown, em Washington, Distrito de Colúmbia, nos Estados Unidos da América. Formado em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (CEUB) e em Administração de Empresas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). *E-mail*: falcaofernando@gmail.com.

Fernando B. Meneguim

Mestre e Doutor em Economia pela Universidade de Brasília (UnB). Pós-Doutorado em Análise Econômica do Direito pela Universidade da Califórnia (UC Berkeley). Professor do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) e da AMBRA University. Pesquisador do Economics and Politics Research Group (EPRG, CNPq/UnB). Líder-docente do Grupo de Estudos em Direito e Economia (GEDE/Unb/IDP). Consultor Legislativo do Núcleo de Economia do Senado. Sócio da Pakt Consultoria e Assessoria. *E-mail*: fbmeneguim@hotmail.com.

Francisco Sérgio Maia Alves

Mestre em Direito e Políticas públicas pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). Graduado em Direito pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e em Engenharia Civil Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Atualmente é Auditor Federal de Controle Externo no Tribunal de Contas da União e Assessor de Ministro desde 2013. *E-mail*: franciscoma@tcu.gov.br.

Gilson Piqueras Garcia

Diretor da Escola de Contas e Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Doutor em Ciência e Tecnologia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Engenheiro Civil e Mestre em Engenharia pela Universidade de São Paulo (USP). *E-mail*: gilson.garcia@tcm.sp.gov.br.

Grhegory Paiva Pires Moreira Maia

Atual Consultor Jurídico Geral do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE/MT). Procurador de carreira da Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Doutorando em Direito Constitucional pela Faculdade Autônoma de Direito (FADISP). Mestre em Função Social do Direito pela Faculdade Autônoma de Direito (FADISP). Pós-graduado em Direito Processual Civil pela Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso (FESMP/MT) e em Direito Constitucional pela Faculdade Damásio. Professor do curso de Graduação em Direito da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). *E-mail*: grhegory@tce.mt.gov.br.

Inaldo da Paixão Santos Araújo

Mestre em Contabilidade. Contador Benemérito do Estado da Bahia. Membro da Academia Baiana de Ciências Contábeis. Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA). Vice-Presidente de ensino e pesquisa do Instituto Rui Barbosa (IRB). Professor de graduação e pós-graduação. Autor de livros de Auditoria e de Contabilidade Pública. Coordenador do projeto de elaboração das Normas de Auditoria Aplicáveis ao Setor Público do IRB. Articulista em jornais de grande circulação. *E-mail*: inaldo@tce.ba.gov.br.

Isabela de Freitas Costa Vasconcelos Pylro

Mestre em Engenharia de Produção pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Especialista em Gestão Pública pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES-ES). Especialista em Gestão de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ). Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Analista Administrativo no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo. Atualmente é Coordenadora do Núcleo de Desenvolvimento em Estudos e Pesquisas da Escola de Contas Públicas. *E-mail*: isabela.pylro@tcees.tc.br.

Ivan Lelis Bonilha

Mestre em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Graduado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Foi servidor de carreira do TCE/PR, ingressou em março de 1993, após aprovação em concurso público. Foi Professor da Faculdade de Direito de Curitiba, Procurador-geral do Município de Curitiba e Procurador-geral do Governo do Estado, Conselheiro Estadual da OAB/PR. Foi Conselheiro Corregedor do TCE/PR, eleito para o biênio de 2013-2014, e Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) no biênio 2015-2016. Atualmente é Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), biênio 2018-2019, 2020-2021, e Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. *E-mail*: ibonilha@tce.pr.gov.br.

Jailson Gomes de Araújo Júnior

Administrador (UEFS). Especialista em Direito Administrativo pela Universidade de Salvador (UNIFACS) e MBA em Contabilidade, Perícia e Auditoria pela União Metropolitana de Educação e Cultura (UNIME). Auditor Estadual de Controle Externo do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM/BA), lotado na Diretoria de Controle de Atos de Pessoal (DAP). *E-mail*: jailson.junior@tcm.ba.gov.br.

José Benito Leal Soares Neto

Mestre em Direito pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Mestrando em Direito Privado Europeu pela Università de Reggio Calabria Itália. Graduado em Direito pela Universidade Tiradentes (Unit). Advogado com experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público, atuando principalmente nos seguintes temas: direito administrativo, sustentabilidade, consequencialismo e regulação. Presidente da Comissão Especial de Estudos Permanentes Sobre Compliance da OAB/SE. Membro do Comitê de Privacidade e Proteção de Dados junto à OAB/SE. Ex-Procurador Geral do Município de Capela (2013-2016). Ex-Procurador Geral do Município de Riachão do Dantas (2017). Ex-Procurador Geral do Município de Salgado (2017-2020). *E-mail*: benito@bsladvocacia.com.

Julia Natália Araújo Santos

Servidora Pública do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE/MT). Mestre em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Graduada pela mesma Universidade. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Direito Constitucional da UFMT (GConst/UFMT). *E-mail*: jnsantos@tce.mt.gov.br.

Lara Cristini Vieira Campos Pascoal

Graduada em Direito pela Universidade de Vila Velha (UVV). Pós-Graduada em Direito Público pela Faculdade São Geraldo e em Licitações e Contratações Públicas pela Faculdade CERS. Advogada com experiência e atuação em Direito Público, com ênfase em Direito Administrativo, principalmente nas temáticas de Licitações, Contratos Administrativos, Contas e Políticas Públicas, e Processo Administrativo. Servidora Pública no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES) desde 2006. *E-mail*: lara.campos@tcees.tc.br.

Leandro Menezes Rodrigues

Contador (UFPR). Especialista em Contabilidade e Finanças pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). MBA em Gestão Pública com Ênfase em Controle Externo (FAE) e Mestrando em Contabilidade na pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR). *E-mail*: leandro.menezes@tce.pr.gov.br.

Lucas Fonlor Lemos Muniz Barreto

Graduado em Direito pela Universidade Tiradentes (Unit). Advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Sergipe, sob o nº 9045. Assessor de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe. Membro do Grupo de Pesquisa Direito Público, Educação Jurídica e Direitos Humanos na Contemporaneidade (CNPQ/UNIT). *E-mail*: lucasfonlor@gmail.com.

Luciano Vieira de Araújo

Professor Associado da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (USP). Assessor da Superintendência da Tecnologia de Informação da USP - STI/USP, onde é responsável pela infraestrutura de nuvem computacional e integração de inovação. Realiza pesquisas na área de ciência de dados (Learning from Data, Big Data, Data Science, e No Sql) aplicada à inovação tecnológica e cidades inteligentes. É coordenador da especialização USP-TCE-CE de Políticas Públicas para Cidades Inteligentes. Recebeu prêmios nacionais e internacionais na área de ciência e inovação. *E-mail:* lvaraujo@usp.br.

Luiz Gilberto Mury

Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEEI/UFRGS). Mestre em Engenharia de Produção e graduado em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Possui especialização em Marketing Internacional na European School of Business em Reutlingen, Alemanha. É auditor público no Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul. Entre novembro de 2017 e janeiro de 2020 realizou projeto de pós-doutorado na Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS sobre métodos de avaliação de impacto como suporte a auditorias operacionais. *E-mail:* luizgmm@tce.rs.gov.br.

Luiz Henrique Lima

Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT). Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 1981). Mestre (2000) e doutor (2009) em Planejamento Energético pela Coordenação de Programas de Pós-graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE-UFRJ). Autor de diversos livros e artigos técnicos. Professor e palestrante convidado em cursos de pós-graduação em todo o país. *E-mail:* luizhlima@tce.mt.gov.br.

Marco Antônio Carvalho Teixeira

Coordenador do Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas da Fundação Getulio Vargas (FGV). Mestre em Ciências Sociais (1999) e doutor em Ciências Sociais (2004) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor-adjunto e pesquisador do Departamento de Gestão Pública junto à Escola de Administração de Empresas da Fundação Getulio Vargas de São Paulo (EAESP-FGV). Desenvolve pesquisas acadêmicas e vem atuando como Consultor de organismos nacionais e internacionais em temas como: transparência, accountability e controle da administração pública com foco no papel dos órgãos de controle e no controle social, arranjos cooperativos intergovernamentais, política brasileira e eleições. É líder do grupo temático Federalismo, Relações Intergovernamentais e Descentralização, junto à área de Administração Pública do ENANPAD (biênio 2020-2021). Atua como comentarista do programa CBNSP, da Rádio CBN, onde trata de questões ligadas aos problemas da cidade de São Paulo e suas políticas públicas. É um dos editores do Blog "Gestão, Política & Sociedade" abrigado no jornal *O Estado de S. Paulo*. *E-mail:* marco.teixeira@fgv.br.

Marcos Rolim

Doutor e mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Especialista em Segurança Pública pela Universidade de Oxford (UK), com graduação em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). É professor do mestrado em Direitos Humanos da UniRitter e coordena a Comunicação Social do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. Integra o Conselho Administrativo do Centro Internacional de Promoção dos Direitos Humanos (CIPDH), órgão vinculado à UNESCO, sediado em Buenos Aires (AR). É membro fundador do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e do Instituto Cidade Segura (ICS), membro da Assembleia Brasil da Anistia Internacional e do conselho da ONG Artigo 19. Exerceu mandatos como vereador, deputado estadual e federal, tendo presidido as comissões de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e da Câmara dos Deputados. É autor, entre outros trabalhos, de "A Síndrome da Rainha Vermelha, policiamento e segurança pública no século XXI" (Zahar), "Desarmamento, evidências científicas" (DaCasa/Palmarinca); "Bullying, o pesadelo da escola" (Dom Quixote) e "A formação de jovens violentos, estudo sobre a etiologia da violência extrema" (Appris). *E-mail:* marcos@rolim.com.br.

Maria Alice Pinheiro Nogueira Gomes

Doutoranda em Administração Pública e Governo na Fundação Getulio Vargas (FGV/SP). Mestre em Direito Constitucional pelo Programa de Pós-Graduação em Direito *stricto sensu* da Universidade de Fortaleza (Unifor). Advogada. Desenvolve pesquisa acerca do controle externo, accountability, judicialização da política e controles sobre a administração pública. Foi Consultora Jurídica do Tribunal de Contas do Estado do Ceará. Foi Advogada Autárquica da Junta Comercial do Estado do Ceará. Foi Bolsista de Pesquisa (durante o Mestrado) da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). Foi Bolsista de Iniciação à Pesquisa Científica (durante a graduação) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). *E-mail:* alicepinheironog@gmail.com.

Moises Maciel

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim (FDCI). Especialista em Direito Processual pela Universidade da Amazônia (UNAMA). Especialista em Direito Público pela Faculdade Damásio de Jesus. Doutorando em Direito Constitucional - Função Social do Direito, do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* da Faculdade Autônoma de Direito (FADISP). Mestre em Direito Constitucional - Função Social do Direito pela Faculdade Autônoma de Direito (FADISP). Exerce o cargo vitalício de Conselheiro Substituto no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. Exerceu o mandato de Coordenador da Rede de Controle da Gestão Pública do Estado de Mato Grosso (2016) e foi eleito Vice-Presidente da Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas do Brasil (AUDICON). Foi Corregedor-Geral do TCE/MT e Superintendente Geral da Escola Superior de Contas do TCE/MT. É Conferencista, palestrante e debatedor em eventos científicos de renome nacional e internacional. É Instrutor e palestrante da Escola Superior de Contas do TCE/MT. Foi nomeado membro do Comitê Técnico de Corregedorias, Ouvidorias e Controle Social do Instituto Rui Barbosa (IRB). É professor titular da disciplina Direito Constitucional da Faculdade Santa Maria da Glória (SMG) e palestrante do Instituto Mato Grossense de Estudos Jurídicos (IMEJ). *E-mail*: prmoiseshmfa@yahoo.com.br.

Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza

Pós-Doutora em Direito pela Mediterranea International Centre for Human Rights Research dell'Università Mediterranea di Reggio Calabria (Itália). Pós-Doutora em Direito e doutora em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutora em Educação e mestra em Direito Público pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Especialista em Combate à corrupção: prevenção e repressão aos desvios de recursos públicos pela Faculdade Estácio CERS. Especialista em Direito do Estado e especialista em Direito Municipal pela UNIDERP. Especialista em Direito Civil e Processo Civil pela Universidade Tiradentes (UNIT). Especialista em Auditoria Contábil pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professora Titular de Graduação e Pós-graduação da Universidade Tiradentes. Líder do Grupo de Pesquisa Direito Público, Educação Jurídica e Direitos Humanos (DPEJDH/UNIT/CNPq). Conferencista. Autora de artigos e Livros Jurídicos (52 obras – 3 individuais, 4 organizadas e 45 coletivas). Autora das obras: *Escolas de Contas e o controle social na formação profissional* (Fórum, 2018); *Segurança jurídica no Processo Administrativo Disciplinar* (Fórum, 2014); *Corrupção e improbidade: Críticas e controle* (Fórum, 2011). Advogada, contadora, jornalista e pedagoga. Master Coaching e Mentoring Advice Humanizado. Membro do Grupo de Pesquisa Eficácia dos direitos humanos e fundamentais: seus reflexos nas relações sociais (UFS/CNPq) e do Grupo de Pesquisa o Discurso Jusfundamental da Dignidade da Pessoa Humana no Direito Comparado (UFBA/CNPq). Membro e Vice-Presidente da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ). Membro da Academia Sergipana de Educação, da Academia Sergipana de Letras, da Academia Sergipana de Ciências Contábeis, da Academia Itabaianense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Membro da Associação Sergipana de Imprensa. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Membro da Comissão da Mulher Contabilista (CMC). Recebeu a comenda do mérito trabalhista em 2007. Foi a primeira Mulher Diretora-Geral do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (2007 e 2008) e Diretora Técnica (2014 e 2015), (2018 e 2019) e (2020 e 2021). Lecionou como professora substituta na Universidade Federal de Sergipe durante dois anos. *E-mail*: patncss@gmail.com.

Petrônio Pires de Paula

Contador (PUC Goiás). Especialista Gestão Financeira pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). MBA em Gerenciamento de Projetos pela Fundação Getulio Vargas (FGV). MBA em Auditoria e Contabilidade Aplicada ao Setor Público pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Especialista em Gestão e Políticas Públicas pela Faculdade Araguaia. Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCMGO). *E-mail*: petronio@tcm.go.gov.br.

Rafael Larêdo Mendonça

Contador (Unama). Mestre em Administração pela Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade da Amazônia (PPAD/UNAMA). Doutorando em Administração no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade da Amazônia (PPAD/UNAMA). Professor e pesquisador na Faculdade dos Carajás – Marabá. Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA). *E-mail*: rafael.laredo@tce.pa.gov.br.

Rafael Soares de Cerqueira

Advogado, com atuação na área de Direito Administrativo, especialmente em licitações e contratos. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Pós-graduado *latu sensu* em Direito Público pelo Centro Universitário Newton Paiva, em convênio com a Associação Nacional dos Magistrados Estaduais (ANAMAGES). Graduado em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professor de Direito Administrativo. Membro da Comissão Contra o Aviltamento de Honorários Advocáticos junto a OAB/SE e Membro do Instituto de Direito Administrativo Sancionador (IDASAN). *E-mail*: rafael@bsladvocacia.com.

Rafaella Batalha de Gois Gonçalves

Advogada, com atuação na área de Direito Administrativo, especialmente em licitações e contratos. Mestranda em Direito Privado Europeu pela Università Mediterrânea Reggio Calabria/Itália. Pós-graduanda em Gestão Pública Municipal pela Faculdade 8 de Julho. MBA em Contabilidade Aplicada ao Setor Público e Responsabilidade Social pela Faculdade Pólis Civitas. Vice-presidente da Comissão de Estudos Permanentes Sobre Compliance junto a OAB/SE e Membro do Instituto Brasileiro de Direito e Ética Empresarial (IBDEE). Advogada no ERPAC (2018). Ex-Procuradora do Instituto Tecnológico e de Pesquisas do Estado de Sergipe (ITPS) (2018-2019). Ex-Diretora de Contratos Centralizados na Secretaria de Estado da Administração (SEAD) (2019 a 2021). Atualmente é Diretora Administrativa e Financeira do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/SE). *E-mail*: rafaella@bsladvocacia.com.

Ramon Patrese Veloso e Silva

Mestrando em Ciência Política na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Graduado em Direito com Especialização em Orçamento e Contabilidade Pública. Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI). Advogado. Contabilista. Professor de graduação, pós-graduação e preparatório para concursos. Foi Analista do Tesouro Estadual da Secretaria de Estado da Fazenda do Piauí (SEFAZ/PI), Analista Administrativo do Departamento de Infraestrutura de Transportes (DNIT/PI) e Técnico Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJ/PI). *E-mail*: ramonpatrese@hotmail.com.

Raul Velloso

Economista. Bacharel pela UERJ (1970). Mestre pela F.G.V. e Yale University. (1972 e 1973), Ph.D. em Economia pela Yale University (1981). Foi professor na UERJ (1979-80) e na Escola Nacional da Administração Pública (ENAP). Atuou como coordenador de setores e de áreas (1981-84) no Governo Federal, IPEA. Foi Secretário Nacional Adjunto (1990-91) no Ministério do Planejamento, Secretário para Assuntos Econômicos (1985-89) e membro do Conselho de Administração do BNDES, da EMBRAER e do IBGE. Atualmente é consultor econômico de empresas, bancos, organismos multilaterais e entidades públicas. Colunista dos jornais *O Estado de São Paulo*, *Correio Brasileiro*, *Estado de Minas* e *O Dia* (RJ). *E-mail*: raulveloso45@gmail.com.

Renata Cunha Piccoli de Assis

Graduada em Direito pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV-ES). Pós-Graduada em Licitações e Contratações Públicas pela Faculdade CERS. Advogada com experiência e atuação em Direito Público, com ênfase em Direito Administrativo, principalmente nas temáticas de Licitações, Contratos Administrativos, Contas e Políticas Públicas, Servidor Público e Processo Administrativo. Atua como servidora pública no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES) desde 2016. *E-mail*: renata.piccoli@tcees.tc.br.

Rodrigo Coelho do Carmo

Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo. Contador. Pós-Graduado em Gestão Pública. *E-mail*: rodrigo.carmo@tcees.tc.br

Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun

Conselheiro-Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo. Mestre em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP). *E-mail*: rodrigo.chamoun@tcees.tc.br.

Sabrina Reinbold Rezende

Graduada em Ciências Contábeis pela Fundação Visconde de Cairu/BA. Especialista em Compliance e Gestão de Riscos pela Faculdade Anhanguera. Mestranda em Administração e Ciências Contábeis pela FUCAPE/ES. Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ). *E-mail*: sabrinarr@tcerj.tc.br

Thais da Matta Machado Fernandes

Graduada em Direito e Economia pela Universidade de Brasília (UnB). Auditora do Tribunal de Contas da União (TCU) desde 1992. Assessora de Ministro desde 1998. *E-mail*: thaismf@tcu.gov.br.